

LEI N° 833/2018, DE 09 DE MAIO DE 2018. ALTERA A LEI MUNICIPAL N° 514/2011, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO -CMI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RENATO DE LIMA SOARES, Prefeito Municipal de Juquiá, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

- **Art. 1°-** Ficam alterados o parágrafo único do artigo 1°, os artigos 5°, 6°, 11, 19 e 20, da Lei Municipal n° 514/2011, que passam a vigorar com a seguinte redação:
- "Parágrafo Único O Conselho Municipal do Idoso CMI, como órgão pertencente à estrutura organizacional do Poder Executivo, fica vinculado à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, órgão gestor das políticas de assistência social no município".

Art. 5°- Compete ao Conselho Municipal do Ido	Art.	:. 5°-	Compete ao	Conselho	Municipal	do	Idoso
---	------	--------	------------	----------	-----------	----	-------

Ι-					-	v	rΤ	TT									
Ι-	-1				 	Λ	L	11	. –								

- "XIV propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos, programas, projetos e pesquisas voltados para a promoção, a proteção e a defesa dos direitos do idoso;
- XV inscrever os programas das entidades governamentais e não-governamentais de assistência ao idoso;
  - XVI outras ações visando à proteção do Direito do Idoso".
- **Art. 6°-** O Conselho Municipal do Idoso CMI, será composto de 10 (dez) conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, os quais apresentam paritariamente instituições governamentais e não-governamentais, sendo:
- " I por um representante de cada uma das Secretarias a seguir indicadas:

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;

Secretaria Municipal de Saúde;

Secretaria Municipal de Governo e Administração;

Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Lazer.



II – por cinco representantes de entidades não governamentais, representantes da sociedade civil atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos ou ao atendimento do idoso, sendo:

- a) Lar dos Velhinhos Santo Antônio de Juquiá;
- b) Usuário da Classe do Idoso;
- c) Igreja Católica;
- d) Igrejas Evangélicas;
- e) Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Juquiá".
- **Art. 11-** O Conselho Municipal do Idoso CMI terá a seguinte estrutura:

I	IV		•
§ 1°	§ 5°		•

"§ 6° - O Presidente do Conselho Municipal do Idoso poderá convidar para participar das reuniões ordinárias e extraordinárias membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público".

- " **Art. 19-** Constituirão receitas do Fundo Municipal do Idoso:
- I recursos provenientes de órgãos da União ou do Estado vinculados à Política Nacional do Idoso;
- II transferências do Município;
- III as resultantes de doações do Setor Privado, pessoas físicas ou jurídicas;
- IV rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;
- V as advindas de acordos e convênios;
- VII as provenientes das multas aplicadas com base na Lei n. 10.741/03; VIII - outras".
- "Art. 20- O Fundo Municipal ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, tendo sua destinação liberada através de projetos, programas e atividades aprovados pelo Conselho Municipal do Idoso.

Parágrafo Único - Caberá à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social gerir o Fundo Municipal do Idoso, sob a orientação e controle do Conselho Municipal do Idoso, cabendo ao seu titular:



I – solicitar a política de aplicação dos recursos ao Conselho Municipal do
 Idoso;

II – submeter ao Conselho Municipal do Idoso demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo;

III – assinar cheques, ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;

IV – outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do Fundo".

**Art. 21-** Os casos omissos na presente lei, serão resolvidos pelo Conselho Municipal do Idoso, em decisão aprovada pela maioria qualificada de seus membros.

Art. 22- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 23- Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUIÁ, 09 DE MAIO DE 2018.

## RENATO DE LIMA SOARES Prefeito Municipal

ALAN RODRIGO DE ALMEIDA CORREA Secretário Municipal de Governo e Administração

JOÃO ALVES DE ARRUDA JUNIOR Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

> ROSANA RODRIGUES DOMINGOS DA SILVA OAB/SP 161.521 Secretária Municipal de Negócios Jurídicos